

PLANO **STJ** 2020



RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Superior Tribunal de Justiça

Setembro de 2015

Brasília - DF



Sumário

1. PLANO STJ 2020	3
2. INDICADORES	5
3. ESTRATÉGIA NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO	17
4. PORTFÓLIO DE PROJETOS E PROGRAMAS	18
5. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	21



1. PLANO STJ 2020



Legenda:

Situação Ótima	Acima de 94,99%
Situação Aceitável	Entre 80 e 94,99%
Situação Crítica	Abaixo de 80%
Não mensurado	
Não aplicável	Sem meta ou em estudo

**Sumário executivo:**

Movimentação Processual	
(jan a set)	
Recebidos	253.569
Julgados	272.130
Baixados	246.415
Acervo	393.191

De uma forma geral, o **Plano STJ 2020** encontra-se em situação aceitável, com 90% de cumprimento, tendo melhorado quatro pontos percentuais em relação ao trimestre anterior. Os resultados mais impactantes referem-se ao objetivo *Buscar a excelência na prestação jurisdicional*, que subiu de 85% para 92% de cumprimento, tendo sobressaído o indicador de *Atendimento à demanda*, que saiu de situação crítica para ótima, mostrando que o Tribunal julgou mais processos do que o recebido no exercício, reduzindo o seu estoque. O assunto será tratado com maiores detalhes no decorrer deste relatório.

Uma pequena queda no *Índice de satisfação do cidadão* com os serviços oferecidos pelo STJ, não chegou a influenciar no resultado do objetivo estratégico respectivo, porém impactou negativamente nos resultados da perspectiva *Sociedade*, que passou de uma situação ótima em junho, para aceitável em setembro, assunto que já está sendo tratado com a implantação de projeto específico sobre o tema.

A perspectiva *Pessoas e Recursos*, por sua vez, atingiu o nível aceitável de cumprimento. Isso se deve à revisão do *Indicador de satisfação na entrega dos novos serviços de TIC*, onde a primeira mensuração será realizada apenas ao final de dezembro, para levantamento da linha de base, ao contrário do informado em junho, quando o mesmo foi considerado não mensurado no período devido, levando o objetivo respectivo a constar como crítico.

Vale ressaltar, ainda, a elevação do *Índice de execução orçamentária* de 39% para 60%, entre o segundo e o terceiro trimestres, deixando-o em situação aceitável e demonstrando a tendência histórica de maior execução do orçamento no segundo semestre do exercício financeiro e consequente cumprimento da meta ao final do ano.

Os resultados apurados demonstram um cenário positivo, possibilitando inferências sobre melhoria dos índices apurados para o último período de 2015. A situação detalhada dos indicadores e iniciativas estratégicos está descrita nos próximos itens do relatório.

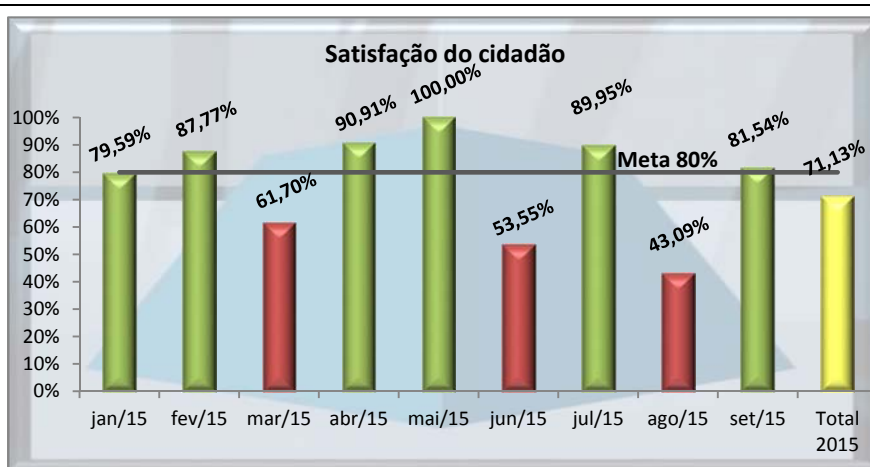
Importa comentar que, na última reunião de análise estratégica – RAE, realizada em [9 de outubro de 2015](#), ficaram aprovados novos percentuais para mensuração dos indicadores e objetivos, fato que pode ter influenciado nos resultados apresentados neste trimestre. Ademais, foi oficializada a nova descrição do valor institucional *Transparência*, conforme sugerido pela Secretaria de Gestão de Pessoas.



2. INDICADORES



Objetivo: **Oferecer serviços com qualidade**



Comentário: Esse indicador mede o percentual de satisfação dos usuários externos com os principais serviços e infraestrutura oferecidos pelo Tribunal. A meta é atingir 80% de satisfação até 2020. No 3º trimestre de 2015, a Pesquisa de Satisfação do Cidadão do STJ continuou com um desempenho errático, já identificado no final do 2º trimestre. Alguns meses, como maio e abril, por exemplo, apresentaram desempenho ótimo, e outros com baixíssima participação nas pesquisas. Em geral, durante o ano, os dados apresentados continuaram incompatíveis com o que vinha sendo historicamente aferido para o período. A tendência do indicador para o ano é de que o resultado seja apenas aceitável. Com o intuito de melhorar essa pesquisa de satisfação do usuário, disponibilizada no portal do STJ, está em andamento o projeto estratégico "Pesquisa de Satisfação do Usuário". Com isso, pretende-se possibilitar maior e melhor interação do usuário externo com o Tribunal.

Questão: Qual o motivo de alterações tão grandes e recorrentes?

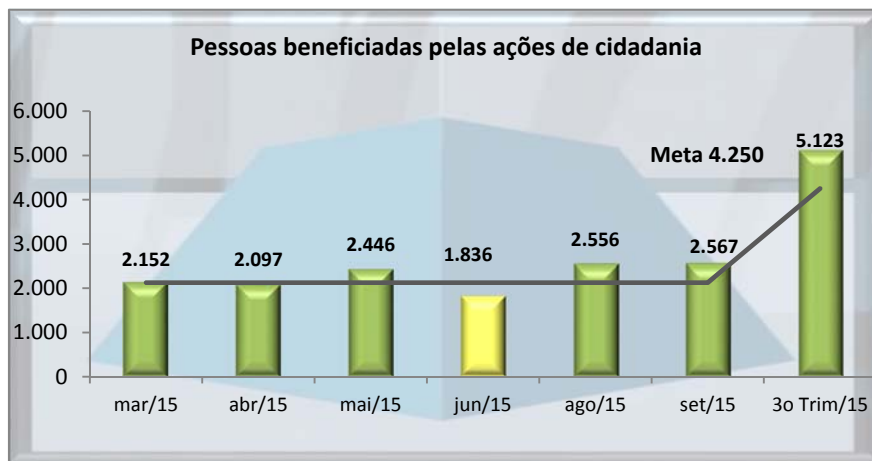
Hipóteses: Tais alterações poderiam resultar das modificações por que vem passando o portal do STJ. A pesquisa poderia ter sido alvo de 'robôs'.

Soluções propostas: Foi aberto um chamado no SIGA ao final do 2º trimestre sob o número 1386883 para que a unidade responsável informasse se tais alterações foram resultado de ataques maliciosos ou de algum erro do sistema.

Nota explicativa: A unidade técnica responsável pelo chamado informou que: "No período a média foi de 33,7 respostas por dia. Conforme previsto os meses de janeiro, fevereiro e julho tiveram menor número de respostas, inferior à média. Nos meses de março, abril, maio e junho houve um número superior à média. Esta variação corresponde à variação da atividade do principal público do nosso portal, que é o jurisdicionado. Não houve também variação brusca de número de respostas entre dias úteis distintos. Portanto acredito que não tenha havido nenhuma tentativa indevida de alteração dos resultados da pesquisa."



Objetivo: Promover a cidadania



Comentário: Esse indicador mensura o número de pessoas que usufruem das ações de cidadania promovidas pelo Tribunal, com meta de beneficiar, no mínimo, 17.000 pessoas em 2015. Até o momento, o cumprimento está em 80,32% da meta esperada para o ano, o que corresponde a 13.654 pessoas beneficiadas. Os fatores que compõem o indicador são ações de cidadania coordenadas por unidades do Tribunal, que têm sido cada vez mais reconhecidas pela sociedade. Visando à melhoria de aferição, para o Plano STJ 2020, decidiu-se pela distribuição das metas entre as várias frentes de atuação trazendo mais motivação aos colaboradores que assim têm mais claro o quantitativo de público a ser recebido sob sua responsabilidade.

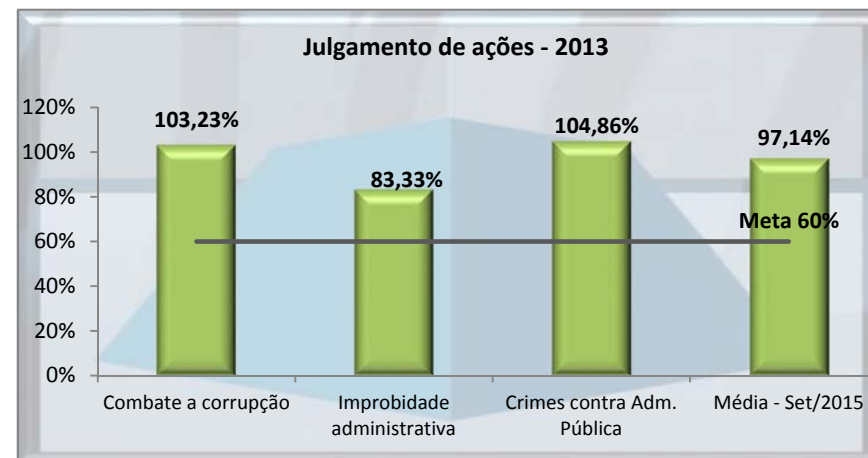
Nas ações sob responsabilidade da Secretaria de Documentação (SED) observa-se uma tendência de cumprimento de sua meta de 15.000 beneficiados até dezembro/2015, como já constatado ao final do 1º semestre.

Constatou-se ainda que as metas para algumas ações sob responsabilidade da Assessoria de Gestão Socioambiental (AGS) foram subestimadas, como a Coleta Seletiva Solidária e as Visitas Solidárias, porém não é possível a realização de uma nova projeção para o restante de 2015.

Quanto às ações sob coordenação da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) destaca-se que o número de vagas abertas na ação educacional para o público externo (subprograma conexão cidadã - Curso STJ: história, competências e organização interna) já supera, neste semestre, a meta estabelecida para o ano. O número de pessoas que demonstraram interesse e solicitaram inscrição nessa ação superou 1.600, o que permitirá revisão da meta para os próximos exercícios.

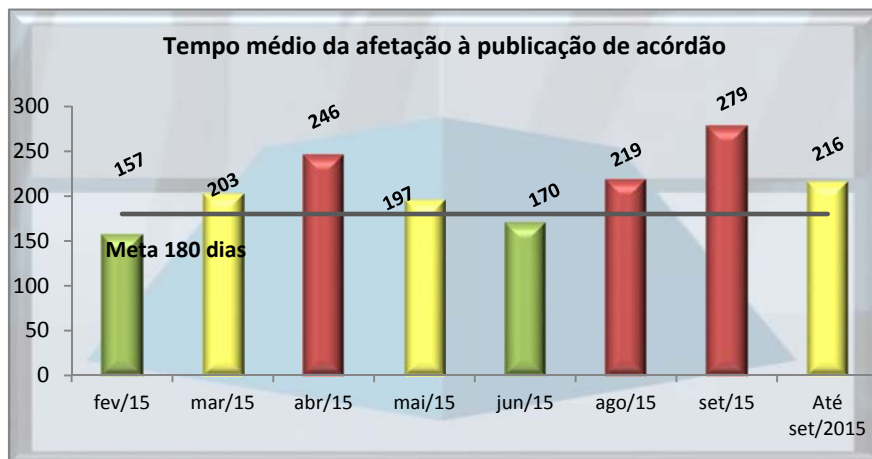
Notas explicativas: AGS - O único indicador que ainda não atingiu a meta e que talvez não atinja até o quarto trimestre foi de beneficiados com as aulas de Inclusão Digital. Como já foram realizadas várias turmas básicas de inclusão digital, a procura pelas aulas vem diminuindo gradualmente, pois a maioria dos interessados já completou o curso. No entanto, poderão ser criadas turmas intermediárias e avançadas de inclusão digital para intercalar com as turmas de iniciantes e dar continuidade ao aprendizado dos participantes destas turmas.

SED - Importante destacar que para o próximo trimestre só haverá medição nos meses de outubro e novembro, já que no mês de dezembro não há visitação dos projetos socioeducativos no Tribunal. Destaca-se um ponto importante: se as escolas públicas entrarem em greve, o cumprimento da meta estabelecida para o indicador poderá ficar comprometido, pois as visitas dos projetos "Museu-Escola" e "O Despertar Vocacional Jurídico", para os meses de outubro e novembro, serão canceladas. Mas a unidade está atuando bem próximo às instituições de ensino com visitas agendadas para os próximos meses e, caso ocorra greve, tentará realizar o agendamento das visitações com escolas particulares.

**Objetivo: Priorizar processos relativos à corrupção e improbidade administrativa**

Comentário: Esse indicador está alinhado à Meta 4 de 2015 do CNJ, que trata de priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa. Visando ao cumprimento tanto da meta de julgamento das ações distribuídas até 31/12/2012 quanto às distribuídas em 2013, as listas dos processos que compõem o indicador foram levadas ao conhecimento dos gabinetes por intermédio do Memorando 51/GDG para serem analisados.

Nota explicativa: O Conselho Nacional de Justiça e o STJ fazem o seu acompanhamento subdividindo-a da seguinte maneira: julgar 90% das ações distribuídas até 31/12/2012; e 60% das distribuídas em 2013. Após, em relação a cada ano, separa em 3 tipos de ação: Combate à corrupção; Improbidade Administrativa; Crimes Contra A Administração Pública. Dessa forma, ocorre a geração de 6 percentuais de cumprimento, sendo 3 em relação ao julgamento dessas ações até 2012 e 3 referentes a 2013. Para enriquecer a compreensão, o resultado também é representando graficamente por uma média dos percentuais de cumprimento dos 3 tipos de ação em relação aos períodos de referências.

**Objetivo: Tratar demandas repetitivas e dos grandes litigantes**

Comentário: Esse indicador está alinhado à Meta 7 de 2015 do CNJ, que trata de reduzir o tempo médio da afetação à publicação do acórdão dos recursos repetitivos para 90 dias, até dez/2020. De 2 de fevereiro a 30 de setembro de 2015, o tempo médio entre a afetação do processo até a publicação do acórdão foi de 216 dias. Em relação a essa prévia, importante registrar que:

- 1) No mesmo período de 2014 (02/02/14 a 30/09/14), o tempo médio foi de 288 dias, o que demonstra maior empenho do STJ com os recursos repetitivos (diminuição, na média, de 72 dias).
- 2) A Terceira Seção apresentou desempenho expressivo, em relação ao tempo decorrido. São eles: Temas 926, 931 e 918 que percorreram as fases de afetação, julgamento e publicação em, respectivamente, 102, 105 e 212 dias.
- 3) Foram publicados dois acórdãos julgados na Segunda Seção. Ambos em tempo superior à meta estabelecida (Tema 890 – 335 dias e Tema 874 – 441 dias).
- 4) Na Corte Especial, ocorreu a publicação de acórdão que teve sua afetação em outubro de 2014 (Tema 893 – 357 dias).

Registra-se a importância desse fato, pois, em geral, as matérias decididas pela Corte Especial exercem maiores influências na comunidade jurídica, em especial nos tribunais de origem que poderão utilizar o precedente firmado em diversos processos correlatos.

O cumprimento da meta prevista passa, necessariamente, por dois fatores: 1) julgamento de processos de grande impacto na sociedade brasileira; e 2) publicação do acórdão. O primeiro fator possui diversas variáveis, não podendo ser medido com critérios objetivos, previamente estabelecidos. O segundo já possui certa margem de atuação, tendo em vista que há a fase de execução manual pelos servidores vinculados a uma das coordenadorias da Secretaria dos Órgãos Julgadores (SOJ), bem como o envio desses acórdãos a SOJ por servidores dos gabinetes de ministros.

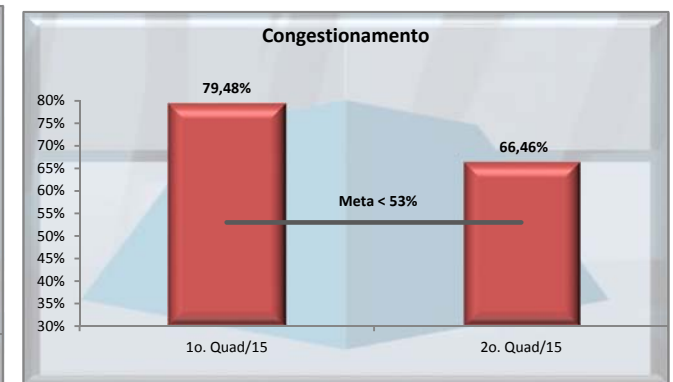
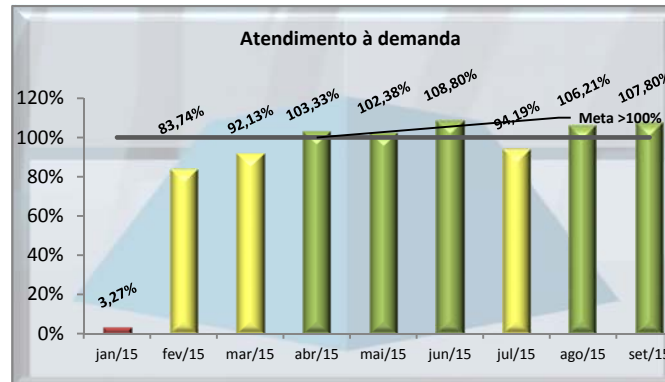
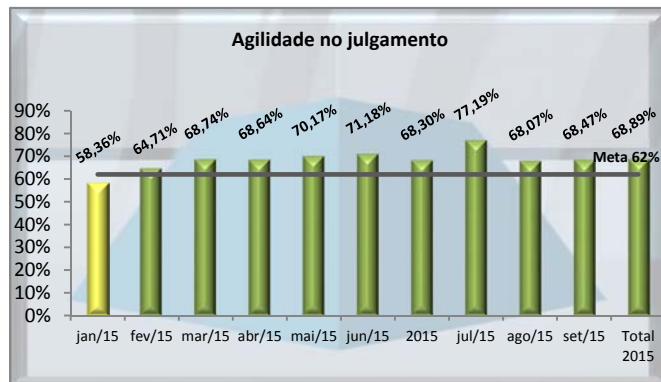
Questão: Quais medidas podem ser tomadas para reduzir o prazo dos processos submetidos ao rito dos recursos repetitivos?

Soluções propostas: Conforme registrado no RD do 2º trimestre, uma medida que poderia trazer resultados ainda este ano seria a edição de ato normativo pelo Presidente do STJ disciplinando todas as fases dos recursos repetitivos, com a indicação de prazos para cada procedimento. No entanto, a minuta desse normativo ainda não foi totalmente analisada pela Comissão Especial de Ministros (Portaria STJ 489/2014). Espera-se que até final deste ano de 2015 ocorra a sua publicação. Dessa forma, contrariamente do que registrado no comentário do 2º trimestre, o ato normativo não surtirá efeitos no cumprimento da meta para o ano de 2015, surtindo efeito somente para os próximos anos. Outrossim, por determinação da Comissão Especial de Ministros (Portaria STJ 489/2014), estão previstas para este mês de novembro reuniões com os assessores de ministros. Um dos itens das pautas é o da priorização do julgamento de processos repetitivos e a publicação do respectivo acórdão.

Nota explicativa: O presente indicador é acompanhado pela Comissão Especial de Ministros (Portaria STJ 489/2014). O Coordenador do NURER participa de todas as reuniões da comissão e sempre que possível exalta a necessidade de se privilegiar o julgamento de recursos repetitivos. Para argumentar, são apresentados, mensalmente, diversos relatórios com as situações dos temas, acompanhado de possíveis soluções.



Objetivo: Buscar excelência na prestação jurisdicional



Comentário: O indicador *Agilidade no julgamento* busca mensurar o percentual de processos baixados em até 1 ano. A mensuração se manteve acima do esperado, alcançando expressivos 77,19% no mês de julho, não sendo diferente no 3º trimestre, quando, em média, ficou 7,87% acima do estipulado. A meta para o período não foi atingida somente no mês de janeiro, período de recesso regimental.

O indicador *Atendimento à demanda* (equivalente à meta 1 do CNJ) visa monitorar se o julgamento de processos está maior que a entrada de casos novos, demonstrando o esforço de gerenciar o acervo. O indicador passou por um processo de revisão de dados de todo o período, visando a maior fidedignidade dos resultados, o que resultou em uma melhoria nos índices, fechando o 3º trimestre com um resultado percentual acumulado 7,8% acima da meta do período o que significa uma diminuição nos casos pendentes.

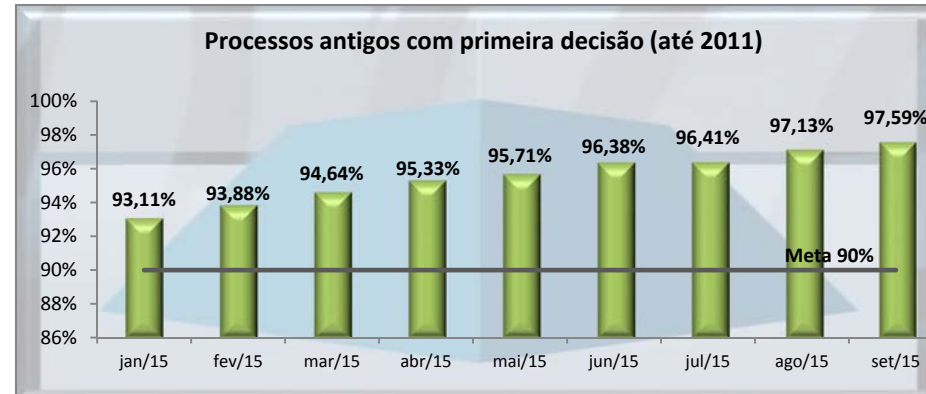
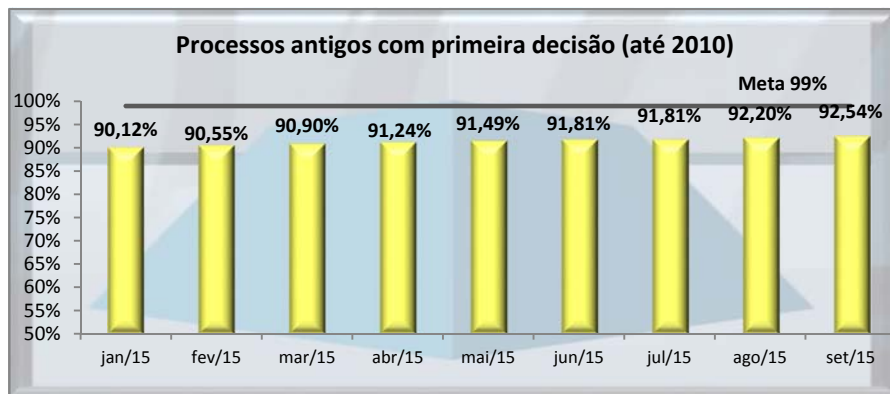
O indicador *Congestionamento* visa mensurar o índice de processos baixados em relação ao total de processos existentes (casos novos e pendentes). Houve um aumento de número de casos novos com relação ao quadrimestre anterior (121.380 comparados a 100.799) que não foi compensado pelo incremento dos processos baixados (de 100.206 para 104.673), mas mesmo se mantido o ritmo do período prévio, a mensuração seria de 65,99% frente a 66,46%, pois a quantidade de casos pendentes é significativa – 387.649. Como já destacado ao final do 1º semestre, mesmo se nenhum processo ingressasse no STJ, seria necessário aproximadamente 1 ano e 8 meses para eliminar o acervo existente. Outrossim, mantendo-se a atual dinâmica, a previsão é de que o resultado ao final do ano alcance 57%, frente a uma meta de 53%, reafirmando o quão desafiadora está a meta para o período em análise. Continua como fator relevante futuro o início de vigência do novo CPC que ameaça com um aumento em 40% em quantidade de casos novos no STJ a partir de abril de 2016.

Questão: Quais medidas podem ser tomadas para reverter a situação do indicador de Congestionamento?

Soluções propostas: Visando ao cumprimento do indicador *Atendimento à demanda*, as listas dos processos que compõem o indicador foram levadas ao conhecimento dos gabinetes por intermédio do Memorando 51/GDG para serem analisados.

Com o intuito de combater o congestionamento de processos, a Secretaria Judiciária e o Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos (NURER) continuam com o trabalho de triagem realizada em 3 níveis: o dos pressupostos recursais extrínsecos; o da admissibilidade cotejada, quando se tratar de agravo em recurso especial; e o da análise da matéria repetitiva, com o apontamento de teses afetadas e recursos paradigmas. Tal procedimento atualmente filtra cerca de 45% de toda a distribuição, sendo que esses processos deixam de ser conclusos aos gabinetes. Na última Reunião de Análise Estratégica foi definida a continuidade do trabalho tendo como critério a antiguidade do ministro.

Nota explicativa: Por questões matemáticas, o indicador Congestionamento tende a ser equalizado apenas na mensuração anual. Os indicadores estão alinhados às metas de 2015 do CNJ para o STJ.



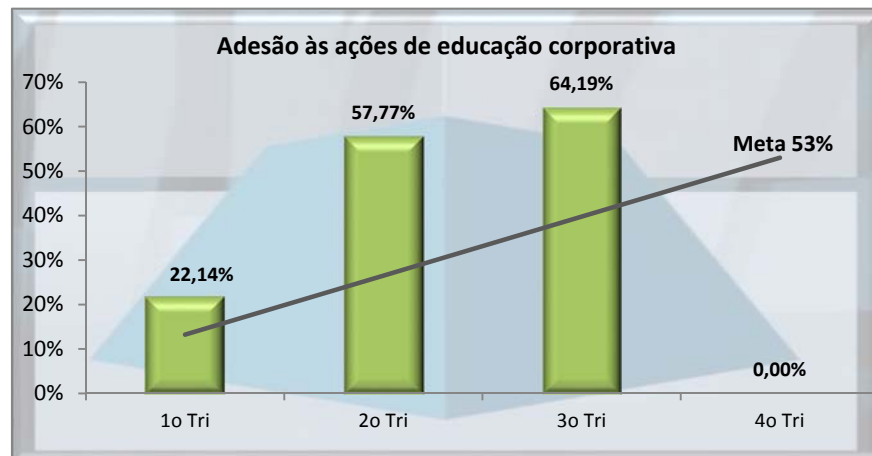
Comentário: O presente indicador está alinhado com a Meta 2 do CNJ e é desdobrado em dois períodos de referência e, por consequência, possui acompanhamento distinto em cada um deles. Apesar do julgamento dos processos distribuídos em 2011 ter superado a meta, o indicador para os processos distribuídos até 31/12/2010 obteve como resultado 92,54% de processos julgados ao final do terceiro trimestre de 2015, demonstrando uma pequena evolução ao longo do período, mas ainda ficando abaixo da meta estipulada que é de 99%. Mantendo-se nesse ritmo de desempenho chegará ao fim do ano com resultado em torno 93%. As informações de desempenho desse indicador foram levadas ao conhecimento dos gabinetes dos ministros por meio do Memorando 51/GDG com o objetivo de serem analisadas.

Nota explicativa: O Conselho Nacional de Justiça e o STJ fazem o seu acompanhamento subdividindo-a em 2 indicadores, como pode ser observado nos gráficos.

**Objetivo: Aprimorar competências****Desempenho por competências dos gestores**

Comentário: O indicador possui periodicidade anual e será mensurado apenas ao final de dez/2015, tendo como meta manter, no mínimo, em 90% o desempenho por competência dos gestores.

No período de 1 a 22 de outubro realizou-se o diagnóstico por competências relativo ao segundo ciclo de avaliação dos gestores e no período de 3 a 20 de novembro estará em andamento o Ciclo de preenchimento do Plano de Desenvolvimento Individual – PDI. Ressalta-se que a consolidação dos dados será feita no mês de dezembro e subsidiará as ações de capacitação de 2016. Os resultados finais serão divulgados com apoio da SCO em meados de janeiro de 2016.



Comentário: Continuando o desempenho excepcional do primeiro semestre, o resultado já superou a meta estabelecida para o ano, tendo tido um avanço menos acentuado de 6,42% no 3º trimestre já que cada vez menos servidores ainda não capacitados participam das ações à medida que se aproxima o final do ano.

O indicador será observado nos próximos períodos para verificar se a meta foi subestimada ou se a superação tão relevante demonstrou apenas uma eventualidade do contexto.

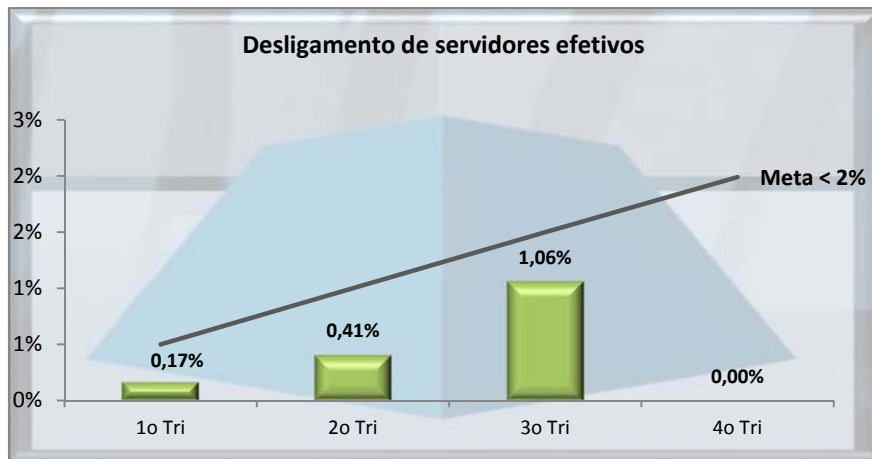


Objetivo: Atrair e reter talentos



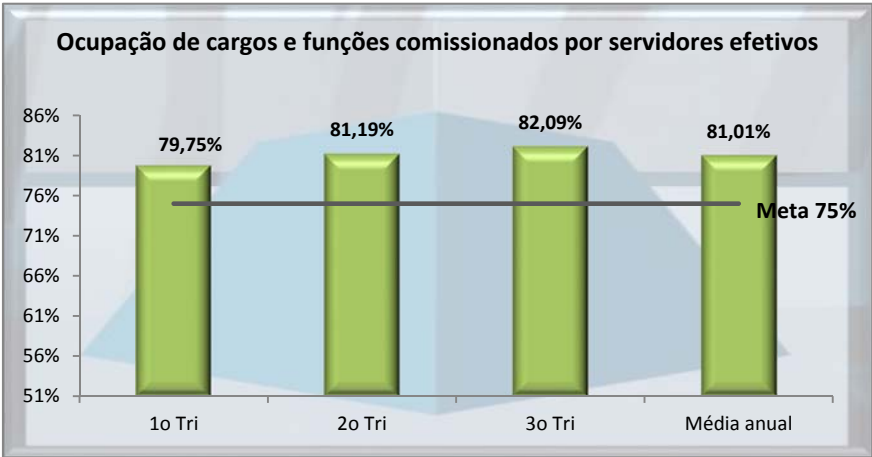
Clima organizacional

Comentário: A última mensuração deste indicador, 76,47%, ocorreu em 2010 e serviu de linha de base para a meta de 80% para o período até 2020. A periodicidade do indicador é bianual, tempo considerado razoável para que o Tribunal execute ações efetivas que possam ser identificadas pelos servidores em uma próxima medição. Na época, os menores índices foram para os fatores: desenvolvimento profissional – 56,65%; espírito de equipe – 58,00% e comunicação - 61,44%. A nova pesquisa de clima está prevista para 2016. Atualmente a CDEP está analisando as alternativas para implementação da pesquisa em abril de 2016.



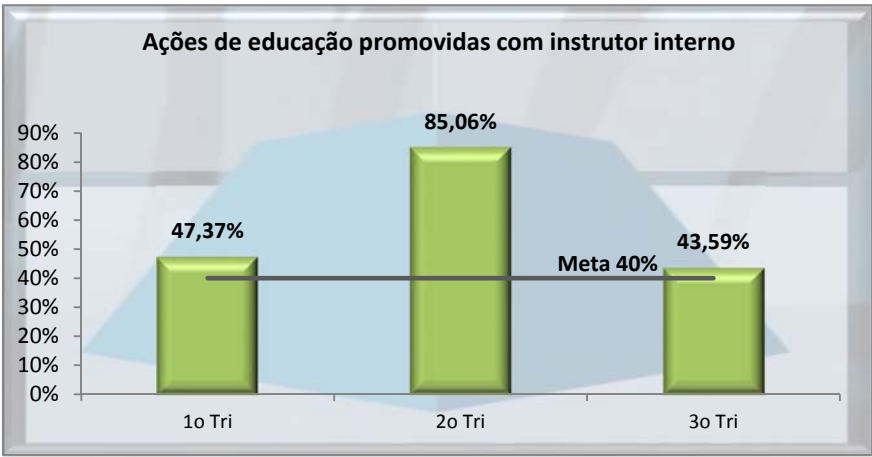
Comentário: Esse indicador mensura o percentual de saídas espontâneas de servidores efetivos do quadro de pessoal do Tribunal, com intuito de propor ações para manter esse número abaixo de 2% ao ano.

O aumento deste índice, neste trimestre, ocorreu em razão de posse em cargo inacumulável de servidores ocupantes do cargo de Analista Judiciário - Área Judiciária em concursos para cargos como Advogado-Geral da União e Defensor Público.



Comentário: Esse indicador mede o percentual de preenchimento de cargos e funções comissionadas por servidores efetivos do STJ, tendo a meta de manter, até 2020, 80% dessas lotações preenchidas por servidores concursados do STJ.

O resultado positivo aferido neste trimestre se deve à manutenção da política da atual administração de valorização dos servidores da casa e também de estarem estes capacitados para exercerem as funções disponíveis.



Comentário: Esse indicador mede o percentual de eventos de capacitação promovidos pelo STJ que são conduzidos por instrutor interno.

A situação do indicador permanece ótima, o que se manterá no próximo trimestre, considerando o planejamento de ações internas para os últimos três meses do ano.

Questão: Há melhorias a serem aplicadas nas contratações de instrutores internos?

Hipóteses: Apesar de muitos eventos internos serem realizados por instrutores internos, há pouca alternância de pessoas que atuam.

Soluções propostas: Reforçar a divulgação para que os servidores cadastrem o interesse de atuar como instrutores internos no banco de talentos que a CDEP usa para pesquisa. Abrir processo seletivo internamente para apresentação de propostas de capacitação que possam ser aplicadas no STJ.



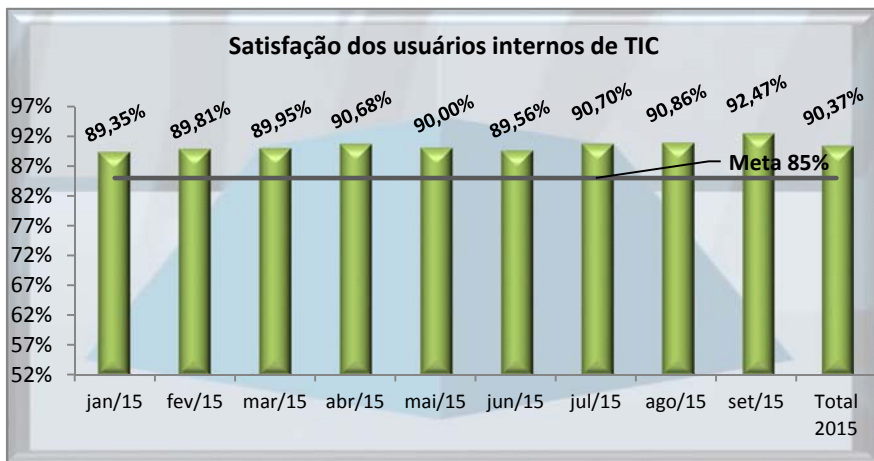
Objetivo: Garantir a qualidade dos serviços e soluções de TIC

Vazão de demandas

Comentário: A meta estipulada para 2020 é reduzir em 50% o congestionamento de demandas. Para o exercício de 2015 ainda não ocorreu a mensuração, pois o indicador possui periodicidade anual. Esse resultado servirá de linha de base.

Satisfação na entrega de novos serviços

Comentário: A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI) ainda não iniciou o preenchimento dos dados referentes ao indicador. O levantamento desses valores será feito mediante a aplicação de questionário para avaliar a satisfação com os produtos entregues. Serão submetidos a essa avaliação os projetos estratégicos que contêm em seu escopo demandas de sistemas implementados pela STI.



Comentário: A proposta do indicador é garantir a qualidade dos serviços e solução de TIC, atingindo 90% de satisfação dos usuários internos em relação aos serviços de TI.

Após ajustes no primeiro semestre para garantir ainda mais satisfação dos clientes internos e apesar de uma pequena queda no quantitativo de respostas para a pesquisa, o objetivo foi superado em patamares até maiores do que durante o primeiro semestre.

Observa-se que, acompanhando o Plano STJ 2020 STJ, o Conselho da Qualidade aumentou a meta para 86% a partir de Janeiro de 2016.

 **Objetivo: Fortalecer a governança institucional** **Governança de pessoas**

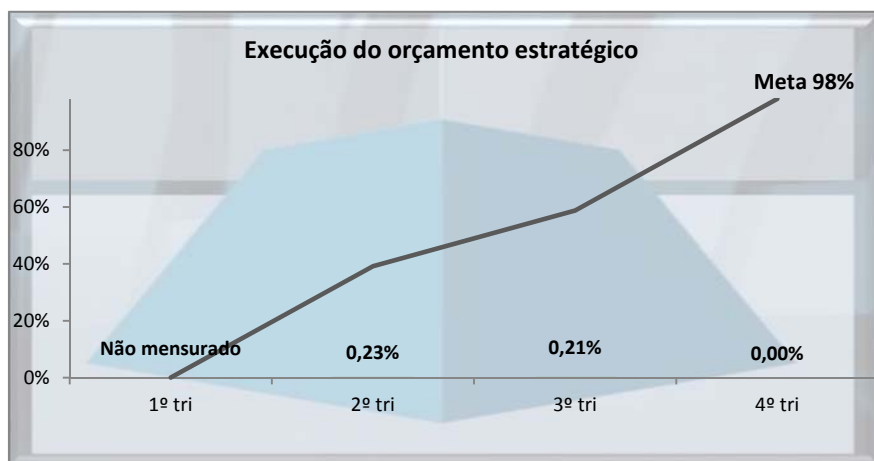
Comentário: O indicador possui periodicidade anual e será mensurado apenas ao final de dez/2015. A meta para 2020 é alcançar o estágio “intermediário” em grau de maturidade em governança de pessoas, com percentual de cumprimento de 52%.

 **Governança institucional**

Comentário: O indicador possui periodicidade anual, devendo ser mensurado somente em dezembro de 2015. Visa medir o grau de maturidade do STJ em relação aos critérios: estratégia, controle e liderança, conforme questionários aplicados anualmente pelo TCU. Os resultados referentes a 2014 foram divulgados pelo TCU por meio do Acórdão 1273/2015. Com base nas informações trazidas, os gestores dos indicadores propuseram a publicação de norma para gestão de riscos e para a instituição de instâncias de governança corporativa, ambas em elaboração pela AMG. Além disso, cabe comentar que o Tribunal já está atuando para a melhoria do desempenho, tendo aplicado, por exemplo, questionário específico para verificar o conhecimento da estratégia por parte dos colaboradores do tribunal, o que resultou na elaboração de um plano de comunicação, para adequada divulgação do Plano STJ 2020. Em paralelo, outro questionário está sendo aplicado setorialmente para avaliação dos controles internos das unidades alinhadas à estratégia do STJ. Os dados apurados geram ações setoriais que, somadas, agregam valor à governança institucional. Cabe informar que as ações com foco em liderança são acompanhadas pelo projeto estratégico Aprimore. Por fim, ressaltam-se as tratativas para implantação da gestão de riscos nesta Corte, adotada em alguns projetos estratégicos e com previsão de ser aplicada a alguns processos de trabalho.

 **Governança de TIC**

Comentário: Este indicador, de medição anual, baseia o seu cálculo em levantamento e fórmulas desenvolvidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O mais recente relatório com os dados coletados em 2014 foi divulgado pelo TCU e a equipe da STI está revendo os resultados, a fim de que sejam ratificados e /ou atualizados os índices para os próximos períodos. A revisão torna-se mais necessária por haver alterações nas faixas definidas pelo TCU em comparação a medições anteriores.

 **Objetivo: Assegurar e gerir o orçamento**

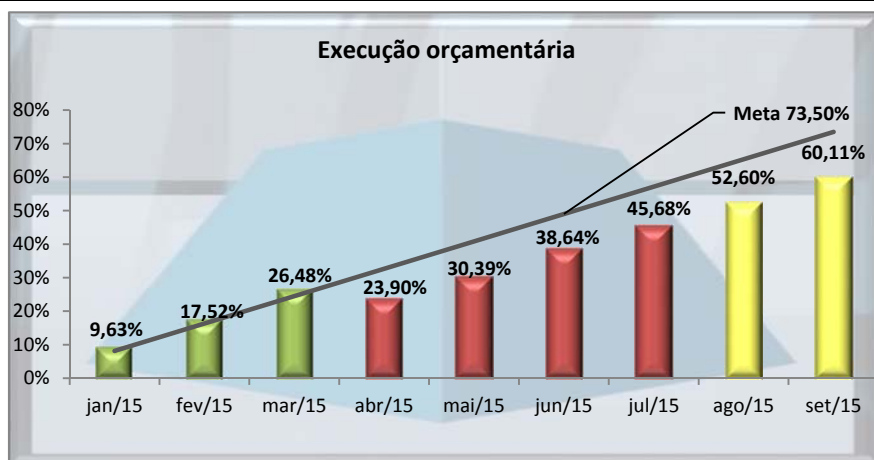
Comentário: O indicador mensura a execução do orçamento estratégico com o percentual entre o valor executado nas iniciativas estratégicas e o valor autorizado para tal.

Dos 4 projetos estratégicos constantes da proposta orçamentária 2014, ano execução 2015, no terceiro trimestre de 2015 houve apenas execução de R\$ 18.758,48 relativo ao Integra, assim a mensuração permanece virtualmente a mesma, com diferença de 0,02% a menor devido ao aumento da meta trimestral de R\$ 6,17 milhões para R\$ 9,255 milhões. Como no 1º semestre apenas haviam sido executados R\$ 14.046,16, os valores cumulativos até o final do terceiro trimestre não se destacam no gráfico.

Questão: Por que a meta não foi alcançada?

Hipóteses: Problema com fornecedores? Erros nas estimativas orçamentárias? Não execução de aquisições planejadas?

Soluções propostas: Contínua atuação dos gestores do projeto Integra para realizar o pagamento devido à contratada e empenho da equipe de planejamento da contratação do software de gestão estratégica para que a licitação ocorra ainda neste ano.



Comentário: Esse indicador mede a execução em relação ao orçamento aprovado na Lei Orçamentária Anual – LOA, acrescido dos créditos suplementares. Da mesma forma que no primeiro semestre de 2015, a evolução da execução do orçamento mostrou crescimento regular, demonstrando inclusive uma maior proximidade das metas mensais. E de forma habitual, mas de maneira ainda mais marcante possível os grupos de Pessoal e Custeio (1 e 3) tiveram execuções maiores que as do grupo “Investimentos” (4). Do total de R\$ 476,5 milhões aplicados, 67,48% destinaram-se a “Pessoal e Encargos Sociais”, 31,61% para “Outras Despesas Correntes” e apenas pouco menos de R\$ 5 milhões, equivalente a 0,92%, para “Investimentos”.

Questão: Por que houve tão pouca execução de investimentos? Há possibilidade de atingir a meta de 98% de execução ao final de 2015?

Hipóteses: O STJ segue o exemplo do governo federal em diminuir os investimentos em ano de crise financeira. Há processos de aquisição em andamento que permitam vislumbrar execução do orçamento até o final do ano.

Soluções propostas: Aproveitar o período do 4º trimestre que permite revisões orçamentárias para

2016 para estabelecer um orçamento mais realista para o ano que vem. Executar as aquisições pendentes com a maior agilidade possível.



3. ESTRATÉGIA NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

As metas nacionais do Poder Judiciário atribuídas ao STJ em 2015 estão alinhadas aos indicadores estratégicos citados no item 2 deste relatório. Das 13 metas (computando-se nesse total o desdobramento de algumas delas) acompanhadas pelo Tribunal neste exercício, até o momento, 7 foram cumpridas e as demais se encontram próximas do valor previsto para o ano.

Destaca-se que o aumento da demanda ao judiciário representou um incremento de 9% nos casos novos. O Tribunal respondeu com um incremento de 25% na produtividade de julgados. Tal fato refletiu na superação da *meta 1*, que representa o indicador *Atendimento à demanda*, demonstrando que estamos conseguindo não apenas tratar os processos que entram mas atuar reduzindo o nosso acervo; acervo este que possuía histórico de crescimento nos últimos 4 anos.

A resposta do STJ ao macrodesafio de realizar a *Gestão das demandas repetitivas*, representada pela *meta 7*, também pode ser demonstrado em números: reduzimos de 297 para 216 dias o tempo médio de julgamento de um recurso paradigma o que traz impacto direto para os milhares de processos que aguardam o posicionamento do STJ em todo o Brasil.

A *Agilidade no julgamento* também foi marcante no período. Seu acompanhamento por meio de *meta específica* para o STJ superou 68% frente à meta de 62%, demonstrando a quantidade de processos que são baixados em menos de 1 ano.

Cabe comentar ainda que está prevista para o mês de novembro a realização do IX Encontro Nacional do Poder Judiciário, promovido pelo CNJ, onde serão apresentados os resultados obtidos em 2015 e aprovadas as metas nacionais para 2016.



4. PORTFÓLIO DE PROJETOS E PROGRAMAS

Nome do projeto	Início	Término	% Concluído	Farol do Tempo	Situação do Projeto	Área Temática	Unidade Gestora	Processo Administrativo
Objetivo estratégico: STJ 2020: Assegurar e gerir o orçamento	4/5/2015	15/7/2015	0%					
Gestão Socioambiental	15/7/2015	15/7/2015	0%	■	Em planejamento	Administrativo	AGS	SEI - STJ 16757/2015
Metodologia de Apuração e Análise de Custos	4/5/2015	4/5/2015	0%	■	Em planejamento	Administrativo	SOF	SEI - STJ 16745/2015
Objetivo estratégico: STJ 2020: Fortalecer a governança institucional	30/10/2014	2/12/2016						
Alinhamento STJ 2020	24/2/2015	2/12/2016	29%	😊	Em andamento	Administrativo	AMG	SEI - STJ 15785/2015
Gestão de Riscos	30/10/2014	9/6/2016	77%	😊	Em andamento	Administrativo	AMG	SEI - STJ 10717/2015
Objetivo estratégico: STJ 2020: Garantir a qualidade dos serviços e soluções de TIC	31/12/2013	17/8/2017						
Gestão Documental do STJ	7/1/2015	29/8/2016	44%	😊	Em andamento	Administrativo	SED	SEI - STJ 16751/2015
Integra	31/12/2013	30/12/2015	25%	😊	Em andamento	Administrativo	SGP	SEI - STJ 15887/2015
Modernização da Infraestrutura Tecnológica da Taquigrafia	11/5/2015	17/8/2017	1%	😊	Em planejamento	Administrativo	SOJ	SEI - STJ 16747/2015
Objetivo estratégico: STJ 2020: Aprimorar competências	13/5/2013	30/11/2016	65%					
Aprimore STJ	13/5/2013	30/11/2016	65%	😊	Em andamento	Administrativo	SGP	SEI - STJ 15883/2015
Objetivo estratégico: STJ 2020: Buscar excelência na prestação jurisdicional	22/7/2013	16/12/2016						
ARESP	5/5/2014	29/1/2016	93%	😊	Em andamento	Judicante	SJD	SEI - STJ 16738/2015
E-PET	3/11/2015	26/8/2016	0%	😊	Em planejamento	Judicante	SJD	SEI - STJ 16740/2015
Gerenciamento e Controle de GRU das Custas Processuais	17/8/2015	16/12/2016	3%	😊	Em planejamento	Judicante	SJD	SEI - STJ 16741/2015
Importação de Metadados dos Tribunais de Origem	12/2/2015	12/7/2016	31%	😊	Em andamento	Judicante	SJD	SEI - STJ 16743/2015
Intimações Eletrônicas	4/5/2015	18/9/2015	51%	😊	Em andamento	Judicante	SOJ	SEI - STJ 16750/2015
MNI - Modelo Nacional de Interoperabilidade	22/7/2013	26/1/2015	43%	😊	Em andamento	Judicante	SJD; SOJ	SEI - STJ 15910/2015
Modernização dos Trâmites Processuais nos Órgãos Julgadores	15/7/2015	15/7/2015	0%	■	Em planejamento	Judicante	SOJ	SEI - STJ 16748/2015
Objetivo estratégico: STJ 2020: Tratar demandas repetitivas e de grandes litigantes	17/3/2015	17/2/2016	62%					
Gestão de Processos Múltiplos	17/3/2015	17/2/2016	62%	😊	Em andamento	Judicante	NURER	SEI - STJ 16742/2015
Objetivo estratégico: STJ 2020: Promover a cidadania	7/1/2015	18/12/2015						
Memória e Cultura do STJ	7/1/2015	18/12/2015	77%	😊	Em andamento	Administrativo	SED	SEI - STJ 16753/2015
Semear Inclusão	7/1/2015	18/12/2015	46%	😞	Em andamento	Administrativo	SIS	SEI STJ - 16755/2015
Objetivo estratégico: STJ 2020: Oferecer serviços com qualidade	15/9/2014	15/8/2016						
Ampliação do Sistema de Circuito Fechado de TV - CFTV	7/1/2015	18/12/2015	25%	😊	Em planejamento	Administrativo	SSE	SEI - STJ 16737/2015
Modernização do sistema de controle de acesso	11/5/2015	15/8/2016	29%	😊	Em andamento	Administrativo	SSE	SEI - STJ 16758/2015
Pesquisa de Satisfação do Usuário	7/1/2015	3/12/2015	24%	😞	Em andamento	Administrativo	OUV	SEI - STJ 12839/2015
Portal 2020	15/9/2014	21/12/2015	81%	😊	Em planejamento	Administrativo	SCO	SEI - STJ 16749/2015

Fonte: Project Web App, disponível em: <http://projeto/pwa>. Atualizado em 20/11/2015.



O portfólio estratégico atualmente conta com 22 iniciativas (projetos e programas) estratégicos, sendo 14 da área administrativa e 8 relacionadas à área judicante. Atualmente, 8 estão em fase de planejamento do cronograma e do escopo e, assim, ainda não realizaram entregas de produtos ou serviços. Há previsão que seus cronogramas sejam concluídos no próximo trimestre. Conforme apresentado na figura da página anterior, cada iniciativa estratégica contribui para o alcance de um objetivo estratégico.

Apesar de estarmos apenas no início do Plano STJ 2020, alguns projetos já possuem entregas. Como parte do escopo do *Alinhamento STJ 2020* foram realizadas duas capacitações de servidores nos temas BSC – *Balanced Scorecard* e Gestão de Projetos, atividades relativas ao alinhamento da SAD, SGP e STI ao Plano STJ 2020. Como produto desse projeto, estão em andamento os trabalhos relativos à aquisição de uma ferramenta para gestão estratégica. O termo de referência já foi avaliado pela AJU e está em fase de ajustes finais. Há previsão que a licitação ocorra no próximo trimestre.

Com o projeto *Gestão de Riscos* foi iniciado um esforço de detecção e planejamento dos riscos das iniciativas estratégicas. Esse trabalho se estenderá até o primeiro trimestre de 2016. Essas ações motivaram uma necessária gestão de riscos do portfólio, na qual se analisa os riscos presentes na interdependência entre os projetos.

Dentro do escopo do projeto *Integra*, está em andamento a atualização do primeiro termo aditivo ao Contrato STJ n. 104/2013, firmado com a empresa Indra Brasil Soluções e Serviços Tecnológicos S/A (processo SEI n. 008314/2015). Há expectativas de mudanças no cronograma, com uma nova previsão de encerramento para o primeiro semestre de 2017. O programa de *Gestão documental do STJ* implantou o sistema SEI onde, atualmente constam 24.424 processos administrativos cadastrados. A Coordenadoria de Gestão Documental criou guias práticos de uso e disponibilizou modelos e formulários de acordo com o manual de padronização de textos do STJ. Atualmente o novo modelo de gestão documental, baseado no sistema SEI, vem trazendo mais agilidade no trâmite do processo administrativo tendo em vista que o processo pode estar em mais de uma unidade ao mesmo tempo. Além disso, o tempo de acesso à ferramenta SABE tem apresentado um desempenho superior ao sistema anterior – o Fluxus, fato que contribui para a qualidade dos serviços de TIC.

No projeto estratégico *Aprimore STJ*, foi definido o primeiro ciclo avaliativo que será aberto no 4º. Trimestre de 2015 a todos os servidores do STJ. A avaliação é voltada para as atribuições de cargos, conhecimentos, habilidades e lacunas (*gaps*) e integra o Plano STJ 2020. Outra entrega que merece destaque é curso *online* voltado exclusivamente ao público externo: STJ - História, competências e organização interna, realizado em agosto e setembro. Com participantes puderam compreender melhor o funcionamento da Corte por meio de sua história, competências e legislação regimental. Desses, mais da metade foi composta por estudantes. Servidores públicos e advogados também fizeram parte das do público atendido. Em breve também será disponibilizada a pesquisa vinculada ao projeto *Pesquisa de Satisfação do Usuário*, que já finalizou a elaboração dos questionários de cada unidade e entrou na fase de desenvolvimento do software.

O programa *Memória e Cultura do STJ* tem feito suas ações por meio das visitas segmentadas ao tribunal – alunos de escolas de ensino fundamental, médio e superior e pessoas da terceira idade - e promovido exposições culturais. Já o programa *Semear Inclusão* propôs e publicou a Instrução Normativa STJ/GDG n. 21/2015, que institui a Política de Inclusão das Pessoas com Deficiência no STJ. Firmou contrato com APAE/DF que posiciona pessoas com Síndrome de Down no mercado de trabalho, mais precisamente prestando serviços de higienização e acondicionamento de acervos do tribunal. Para celebrar esses dois feitos, foi realizado um evento no dia 17/9, no auditório do STJ, com a participação da Ministra Vice-Presidente Laurita Vaz, da Ministra Corregedora Nacional de Justiça e Presidente do Programa Semear Inclusão Nancy Andrighi e do Senador Romário de Farias.

Dentre os projetos da área judicante, destaca-se o *ARESP* que está em fase de conclusão, restando pendente a implementação de relatórios no sistema Justiça e a mensuração de indicadores de resultado. Dentre os resultados já entregues, destaca-se que os gabinetes receberam uma quantidade de processos 19,3% menor que em 2014, enquanto a distribuição ao presidente aumentou em 340%. Com base nesses números, ficou nítida a efetividade do trabalho de triagem do AREsp realizada pela SJD e pelo Nurer.



Relevante também é a *Importação de metadados dos tribunais de origem* que iniciou a homologação do sistema iSTJ – versão 4.0 no TJRS. Nesse tribunal, foram vivenciados alguns desafios como as fortes chuvas que ocorreram no estado do Rio Grande do Sul, o que afetou as instalações do prédio do Tribunal. Apesar disso, o TJRS conseguiu enviar ao STJ dois processos para avaliação.

O Projeto *MNI* tem a PGE/SP como novo órgão interessado em aderir ao modelo junto ao STJ. As operações definidas nesse projeto também são necessárias para o projeto Intimações Eletrônicas, atualmente em fase de conclusão. A principal entrega desse projeto, em fase de homologação, é o Sistema de Intimação Eletrônica de órgãos públicos. A nova ferramenta permitirá que representantes de órgãos públicos sejam intimados eletronicamente e possam visualizar a íntegra do processo em meio virtual. O sistema é destinado aos órgãos públicos que têm prerrogativa de intimação pessoal e beneficia especialmente aqueles com sede em outras unidades da federação.

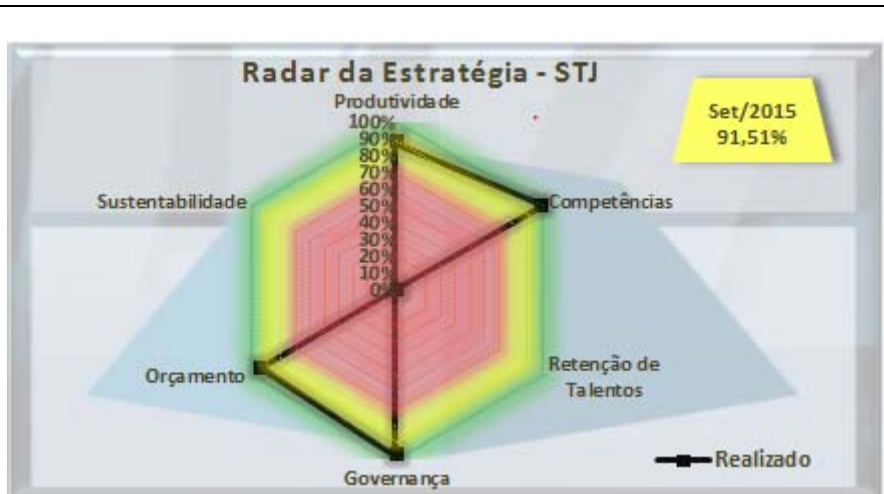
Também de impacto direto na área judicante há o projeto gerido pelo NURER denominado *Gestão dos Processos Múltiplos*. Nesse projeto, está incluído o desenvolvimento, em duas etapas, de sistema informatizado para o controle de processos sob a sistemática da Repercussão Geral e dos Recursos Repetitivos. A primeira etapa já está concluída e foi entregue. Nela, foi realizada a construção de ferramenta tecnológica que permitirá automatização e integral controle dos dados referentes aos processos sobrestados no STJ em virtude da Repercussão Geral, ou seja, que estão aguardando julgamento de temas do STF, bem como processos que, mesmo não tendo sido sobrestados, sejam solucionados com base na orientação firmada pelo STF. Nesse trimestre, o STJ possui cerca de 7.300 processos sobrestados. O software, além de totalmente integrado ao sistema Justiça, dispensa a consulta diária pelos servidores da CRER/NURER ao site do STF e o acompanhamento de processos que lá tramitam via sistema Push, pois a ferramenta está interligada, via *Web Service*, com o sistema do CNJ e com o próprio sistema do STF, permitindo a recuperação das informações referentes à repercussão geral diretamente na tela do usuário o que contribui para a automatização de diversas funcionalidades até então executadas manualmente.

O Escritório Corporativo tem atuado de forma bem próxima aos gestores de projeto por meio da ação *ECP Parceiro*. De forma geral, são recorrentemente relatados problemas de atrasos por riscos que não foram adequadamente levantados. Pode-se destacar a *Modernização do Sistema de Controle de Acesso* que passa por criticidades no processo licitatório (reiteradas suspensões do pregão eletrônico para escolha da empresa que proverá a solução tecnológica).

Por fim, destaca-se que atualmente ainda não há no portfólio estratégico iniciativas relacionadas aos objetivos estratégicos *Atrair e reter talentos* e *Priorizar processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa*. Todavia, ao observar o mapa estratégico, vemos que os indicadores desses dois objetivos estão em situação ótima, podendo-se inferir que não existem lacunas entre o desempenho e a meta desejada.



5. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO



No terceiro trimestre de 2015, o Tribunal obteve média de **91,51%** no **radar da estratégia**, índice considerado aceitável conforme metodologia adotada para o alinhamento das unidades ao Plano STJ 2020. Houve uma queda em relação à avaliação anterior, encerrada em junho, que ficou em 94,9%. Acredita-se que esse resultado se deve ao ajuste dos percentuais que medem a situação de atingimento das metas e do radar da estratégia, além da redefinição de alguns indicadores pelas unidades alinhadas.

Para o último ciclo do ano, iniciado em outubro, a Secretaria de Administração (SAD) e a Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) passarão a integrar o Radar. Entre os indicadores que serão acompanhados nos setores estão o percentual de compras efetuadas, o prazo das licitações e o orçamento de capacitação executado e a análise de concessão de direitos e vantagens aos servidores. A Secretaria de Tecnologia da Informação e da Comunicação (STI), que está em fase de validação de seus indicadores de desempenho, também deve integrar em breve o Radar da Estratégia, visto tratar-se de setor de grande impacto no desempenho das

atividades do Tribunal.

Legenda: (a partir de jul/2015)

Situação ótima	A partir de 95%
Situação aceitável	Entre 80 e 94,99%
Situação crítica	Abaixo de 80%
Não mensurado	Sem mensuração no período devido
Não aplicável	Sem meta ou em estudo

Ressalta-se que o critério **produtividade** é o único em situação aceitável, tendo apresentado 88,14% de desempenho. Medidas corretivas já estão em andamento nas três unidades que participaram do processo de avaliação nesse ciclo, a Secretaria Judiciária (SJD), a de Jurisprudência (SJR) e a AMG, com vistas à melhoria dos resultados. Os demais critérios avaliados encontram-se em situação ótima, como pode ser observado no gráfico.

Apenas dois critérios não foram mensurados no período, a **retenção de talentos**, indicador cuja periodicidade de medição é bianual, e a **sustentabilidade**, que depende de definição do indicador padrão setorial, ambos desdobramentos de indicadores estratégicos do Plano STJ 2020. Quanto ao último, pretende-se que já possa ser implementado no próximo ciclo.